

Congresso aprecia hoje a rolagem da dívida interna

* 8 AGO 1989

CORREIO BRAZILENSE

Publica

O Congresso Nacional vota, hoje, em sua sessão das 18h30, um projeto do Executivo sobre créditos adicionais ao Orçamento da União, no valor de quase 130 bilhões de cruzados novos, destinados à rolagem da dívida interna do País, e alocação de recursos do selo-pedágio para recuperação e conservação de estradas. A sessão promete muita polêmica porque quatro Estados — Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco — foram privilegiados na partilha dos recursos destinados à malha rodoviária do País.

“O Congresso precisa rejeitar decisões tomadas no escuro”, diz o líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco. “Para destinar corretamente os recursos do selo-pedágio teríamos que receber dos órgãos técnicos do Ministério dos Transportes e do DNER um relatório completo do estado das estradas do País, com prioridades sobre as obras mais urgentes e relevantes. A Comissão de Orçamento, que elaborou parecer sobre o projeto, destinou verbas aleatoriamente para agradar deputados deste ou daquele Estado que fizeram pressão sobre os integrantes da Comissão”.

Para Scalco, não existe justificativa para destinar 177 milhões ao Maranhão, 179 milhões a Minas Gerais, 106 milhões para a Bahia e 77 milhões para Pernambuco, dotando o Estado de São Paulo com somente 24 milhões de cruzados novos, justamente o Estado responsável por 25 por cento da arrecadação total pre-

vista para 1989, no valor de 965 milhões de cruzados novos.

Ele aponta, ainda, um novo desvirtuamento dos recursos do selo-pedágio, ao ser destinado à construção de estradas e pontes. “A lei que criou o tributo é clara, quando aloca 50 por cento da arrecadação para restauração, 22 por cento para conservação, 20 por cento para adequação de trechos e 8 por cento para operacionalização do sistema. Para proporcionar ao Congresso elementos de decisão, o Governo teria que elaborar um Plano Nacional de Recuperação de Estradas de Rodagem com dados técnicos sobre as prioridades do sistema rodoviário”, afirma Scalco.

Causou também estranheza que, no dia 23 de junho, uma semana antes do recesso parlamentar, o Governo tenha enviado uma proposta complementar ao projeto original, datado de 18 de maio que já estava pronto para ser votado, pedindo autorização para créditos adicionais no valor de 700 milhões de cruzados para “reserva de contingência no valor de 200 milhões e projetos rodoviários onde o Maranhão se beneficiaria de 213 milhões de cruzados. Como se sabe “reserva de contingência” representa recurso livre de rubrica orçamentária, podendo ser usado “a critério do Governo”.

O próprio presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho que é maranhense considerou “excessiva” a parcela destinada ao seu Estado e, em concordância com

os demais membros da Comissão, redistribuiu os recursos para estradas de maneira mais equânime, conforme declarou nas sessões do Congresso anteriores ao recesso de julho, quando se tentou votar o projeto.

Nesta nova destinação de recursos os estados mais privilegiados foram o Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, por coincidência os estados de origem dos deputados mais ativos da Comissão: José Carlos Vasconcelos (PMDB/PE) Israel Pinheiro (PMDB/MG) Generaldo Correia (PMDB/BA) e o próprio Cid Carvalho (PMDB/MA). Com esta destinação não se conformou a maioria dos parlamentares negando quorum para exame e votação da matéria.

Para José Carlos Vasconcellos, “os deputados estavam mal informados sobre a relevância e alcance do projeto, por falta de tempo para estudar um tema tão complexo”. Ele chamou a atenção para a perda que atingirá os projetos rodoviários com a demora das votações. “Mesmo com uma inflação alta como estamos tendo, os recursos destinados ao selo-pedágio não sofrerão atualização monetária.

Em relação aos 128 bilhões de cruzados destinados à emissão de títulos para rolar a dívida interna não existe polêmica no Congresso, por entender que estes títulos precisam ser honrados, senão a economia do País ficaria caótica.